

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS Gabinete do Prefeito

GP N° 360/2024

Petrópolis, 06 de junho de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS Protoçolo - Seto: Legislativo 0 5 JUN 2024 0 2 3 5 3 -N.º\_\_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Oficio PRE LEG 0298/2024, com Autógrafo de Lei do Projeto de Lei CMP 1912/2024 que "DENOMINA UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR OSVALDO FERNANDES DO VALE, A UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL LOCALIZADA NA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA, Nº 19.691, EM PEDRO DO RIO, QUARTO DISTRITO DE PETRÓPOLIS", de autoria do Vereador Junior Paixão, aprovado em reunião realizada na Sessão Ordinária de 14 de maio de 2024.

Ao restituir cópia do Autógrafo, comunico que VETEI **totalmente** o referido Projeto, consoante as razões em anexo.

Na oportunidade, reitero protestos de estima e

consideração.

Assinado de forma
RUBENS JOSE digital por
RUBENS JOSE
FRANCA
BOMTEMPO:
BOMTEMPO:
560755

00367560755 Dados: 2024.06.06 17:27:19 -03'00'

#### **RUBENS BOMTEMPO**

Prefeito

Exmo. Sr.

### VEREADOR JÚNIOR CORUJA

DD. Presidente da Câmara Municipal

AV. KOELER, 260 – CENTRO – PETRÓPOLIS – RJ– CEP: 25685-060 TEL: (24) 2246-9320 – www.petropolis.rj.gov.br



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS Gabinete do Prefeito

RAZÕES DE VETO AO PROJETO DE LEI CMP Nº 1912/2024, DE AUTORIA DO SENHOR VEREADOR **JUNIOR** PAIXÃO, QUE "DENOMINA UNIDADE PRÉ-HOSPITALAR OSVALDO **FERNANDES** DO VALE, UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL LOCALIZADA NA ESTRADA UNIÃO INDÚSTRIA, Nº 19.691, EM PEDRO DO RIO, QUARTO DISTRITO DE PETRÓPOLIS".

De acordo com o inciso XII, do art. 37 da Lei Orgânica do município de Petrópolis, cabe à Câmara Municipal, **com a sanção do Exmo. Sr. Prefeito**, atribuir denominação a próprios, vias e logradouros públicos.

Vejamos:

Art. 37. Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, exceto quando se tratar de leis orgânicas, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

XII - atribuir denominação a próprios, vias e logradouros públicos;

Ocorre que necessário se faz observar a existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) e o Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a denominação de próprios, cada qual no âmbito de suas atribuições. Sendo certa participação do Chefe do Executivo no âmbito da lei formal, por meio de sanção/veto.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS Gabinete do Prefeito

No presente caso, o Autógrafo de Lei pretende denominar próprio público já denominado como "Unidade Pré-Hospitalar Hospital Alcides Carneiro", o prédio público localizado na Estrada União e Indústria, nº 19.691, em Pedro do Rio, quarto distrito de Petrópolis. Ressaltar, inclusive, que até a Unidade Básica de Saúde - UBS já fora denominada como Unidade Básica de Saúde Jorge Chimelli.

Assim, em que pese a competência concorrente da Câmara Municipal para denominar próprios públicos, mediante sanção do Exmo. Prefeito, após a análise prévia de conveniência e oportunidade, sobre se o assunto é de predominante interesse local, deve-se, sempre, respeitar o ato jurídico perfeito, evitando-se ferir a segurança jurídica e o interesse público. **No presente caso, o próprio público já foi denominado.** 

Ressaltar, ainda, que a Lei Orgânica Municipal conferiu atribuição para Câmara denominar próprios públicos **de forma concorrente**, o que pressupõe, de pronto, tratar-se de próprios públicos ainda não denominados, o que não é o caso.

Assim, não compete à Câmara modificar as denominações já realizadas. Isto, inclusive, para se evitar o desrespeito ao Princípio da Separação e Harmonia dos Poderes.

Mudar o nome da Unidade Pré-Hospitalar Hospital Alcides Carneiro causaria, ainda, despesas desnecessárias ao erário público, uma vez que haveria a necessidade, inclusive, de aquisição de novos equipamentos de identificação.

Assim, o referido Projeto de Lei vai de encontro ao interesse público, uma vez que já denominado e amplamente conhecido como "Unidade Pré-Hospitalar Hospital Alcides Carneiro", não fazendo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS Gabinete do Prefeito

qualquer sentido a troca, dessa forma, o autógrafo de lei em comento é eivado de inconstitucionalidade, o que me obriga, por força legal, a apresentar o veto total

Consoante as razões acima, decidi vetar o Projeto ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

Assinado de forma digital por RUBENS JOSE FRANCA BOMTEMPO:0 BOMTEMPO:00367 560755 Dados: 2024,06.06 17:27:48 -03'00'

### **RUBENS BOMTEMPO**

Prefeito